

Introdução

Colonização interna, uma história nacional: da «Reconquista Cristã» à reforma agrária

«Por este meio das colónias teve a povoação do reino princípio», escreveu Manuel Severim de Faria em meados do século xvii.¹ Nos três séculos seguintes, a formação de Portugal foi contada uma e outra vez a partir da «Reconquista Cristã» e do povoamento de um reino situado no Noroeste da Península Ibérica que, a partir do século xii, se teria expandido de Norte para Sul. Portugal seria o país que teria resultado destas conquistas do território durante a Idade Média, uma nação forjada também por esta narrativa. Entre os finais do século xix e durante parte do século xx, vários intelectuais encararam a necessidade da colonização interna do país como término deste processo

¹ Manuel Severim de Faria, «Dos remédios para a falta de gente (1655)», in *Antologia dos Economistas Portugueses (Século XVII)*, introd., pref. e notas de António Sérgio (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1924), 171-240.

histórico. Quando, em 1936, foi escolhida a frase de Severim de Faria para lema da Junta de Colonização Interna, foi também porque parecia necessário finalizar a colonização principiada séculos antes. A colonização criara o país e nacionalizara o território.²

Os ideólogos da colonização interna, de Oliveira Martins a Eugénio de Castro Caldas, foram fazendo e refazendo a história de Portugal, encontrando nesta uma população ou um povo colonizador, primeiro internamente, durante a medievalidade enaltecida, e depois do século xv, com a dinastia de Avis, por via de uma vocação ultramarina. Nesta esquematização de leituras da história de Portugal, encontramos amiúde uma oposição entre a nação guerreira, agrária e povoadora da medievalidade, e o período (de decadência) iniciado com a expansão ultramarina e a preponderância então atribuída ao comércio – sobretudo a Oriente. Uma interpretação que, de certa forma, estava já presente em Alexandre Herculano, quando opôs a nação guerreira e municipal da Idade Média à comercial e cortesã que se lhe seguiu.³ Continuou Oliveira Martins a explorar a dicotomia entre a «colonização» – que teria decorrido durante a Idade Média portuguesa por vontade dos grandes reis, os quais acompanhados pelas populações cristãs desde o Norte teriam conquistado e povoado as terras meridionais dos mouros (e, posteriormente, o Brasil) – e as «conquistas» das feitorias a Oriente e das fazendas em África.⁴ Depois de uma dinâmica de povoamento e cultura nos primeiros quatro séculos da monarquia portuguesa, «morgados, herdades, afolhamentos, despovoação, absentismos e charnecas» teriam tornado desértico o Alentejo, a última fronteira interior que faltava cruzar para unificar o Portugal dividido pelo vale oblíquo do Tejo.⁵ Também em finais

² A identificação da formação do território de Portugal, de norte para sul, com a origem da nação portuguesa foi, notavelmente, levada a cabo em José Mattoso, *Identificação de Um País: Oposição – Composição: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)* (Lisboa: Temas e Debates, 2015 [1994]).

³ Fernando Catroga, «Alexandre Herculano e o historicismo romântico», in *História da História em Portugal*, coord. Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 93-94.

⁴ Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (Lisboa: Guimarães Editores, 1978), 10.

⁵ Joaquim Pedro de Oliveira Martins, «Projecto de Lei de Fomento Rural», in *Fomento Rural e Emigração*, col. Obras Completas de Oliveira Martins (Lisboa: Guimarães Editores, 1994 [1887]), 38.

do século XIX, o escritor e político republicano Basílio Teles, interessado na regeneração do país, foi procurar aos tempos áureos da «Reconquista Cristã» e da monarquia guerreira a primazia da agricultura e dos pequenos proprietários de que o país, sobretudo o latifúndio alentejano, careceria. A formação histórica de Portugal ter-se-ia feito «lavrando a terra e brandindo as armas».⁶ As narrativas históricas elogiosas dos tempos da Idade Média feitas por Oliveira Martins e a história racializada por Basílio Teles abordaram tópicos à época muito difundidos, como o despovoamento dos campos alentejanos, o abandono da agricultura e a ascensão da burguesia mercantil. Nesse tempo, foram vários os intelectuais a situar o povoamento agrário nas narrativas nacionais do país, participando do nacionalismo emergente que vinha definindo Portugal como país rural.

Já no Estado Novo, os agrónomos Henrique de Barros e, sobretudo, Eugénio de Castro Caldas, figuras maiores da colonização interna neste período, ao escreverem histórias da agricultura de Portugal, identificaram vários momentos em que surgiram vontades colonizadoras, das quais fizeram decorrer a necessidade, quando não a urgência, da colonização agrária do país.⁷ Ambos narraram a sua história (sobretudo frustrada) até ao liberalismo oitocentista, dando protagonismo à figura de Mouzinho da Silveira e ao movimento das arroteias que se intensificara a partir dos finais do século XIX. O uso da história como mestra da política persistiu no período revolucionário inaugurado a 25 de Abril de 1974, quando o primeiro-ministro Vasco Gonçalves situou a reforma agrária colectivista na continuidade das propostas de divisão das herdades e colonização do Alentejo

⁶ Basílio Teles, *O Problema Agrícola: Crédito e Imposto* (Porto: Livraria Chardron, 1899); José Manuel Sobral, «O Norte, o Sul, a raça, a nação – Representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)». *Análise Social*, XXXIX, n.º 171 (Julho de 2004): 255-284.

⁷ Henrique de Barros, «Ensaio sobre a história da colonização metropolitana» (tirosíquio apresentado ao Instituto Superior de Agronomia para obter o grau de engenheiro agrónomo, Lisboa: ISA, 1930); Henrique de Barros, *Mouzinho da Silveira e a Sua Obra* (Lisboa: Seara Nova, 1936); Henrique de Barros, *Oliveira Martins e o Projecto de Lei de Fomento Rural* (Lisboa: Seara Nova, 1946); Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa através dos Tempos* (Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1991); Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura na História de Portugal* (Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998).

preconizadas no século xvii por Severim de Faria.⁸ Outros se poderiam juntar a este rol, mas o que por enquanto se quer destacar é o modo como a história de Portugal foi sendo feita, refeita e mobilizada por intelectuais e técnicos em apoio e como fundamento das propostas de colonização interna, de forma a que, finalmente, se recuperasse o diagnosticado *atraso* da nação, preocupação omnipresente da intelectualidade portuguesa desde o fontismo.⁹

As ideias de Severim de Faria foram recuperadas em meados da década de 1920 pela vontade de António Sérgio. Procurou este intelectual sustentar com pergaminhos históricos a sua proposta de reforma em prol das forças produtivas nacionais, em particular da agricultura. É certo que, nas ideias do arbitrista, multiplicar a «multidão das gentes» através da colonização servia sobretudo para aferir a grandeza dos reis que dela precisavam para defender os seus reinos e conquistar outros, para cultivar as terras e pagar tributos, de resto em acordo com os princípios mercantilistas dessa época. O primado da agricultura na produção de riqueza só se torna, contudo, doutrina um pouco mais tarde, com os fisiocratas.¹⁰ Também o povoamento através de foros, defendido por Severim de Faria, se distanciava do núcleo ideológico da colonização interna do século xx, centrado na propriedade privada plena da terra. Não obstante, a condenação das terras incultas e as dificuldades de acesso à propriedade fundiária, identificadas também por outros autores, como Ribeiro Sanches, e a potencialidade das colónias como solução, tomada dos reis medievais e do exemplo romano, permitiram que as ideias de Severim de Faria fossem vistas como predecessoras da colonização interna moderna.

O texto «Dos remédios para a falta de gente» (1655) foi reeditado em 1924 na *Antologia de Economistas Portugueses (Século XVII)*, uma publicação organizada por António Sérgio, com «remédios» para o

⁸ Maria Antónia Pires de Almeida, «A Reforma Agrária em Avis: elites em mudança num concelho alentejano (1974-1977)» (tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2004), 30.

⁹ David Justino, *Fontismo: Liberalismo Numa Sociedade Iliberal* (Lisboa: Publ. Dom Quixote, 2016).

¹⁰ Inês Amorim, «Manuel Severim de Faria: uma releitura dos remédios para a falta de gente – 1655», *História: Revista da Faculdade de Letras* (Universidade do Porto), 5 (1988): 151-172.

país, que prefigurariam os seus.¹¹ Em autores seiscentistas, António Sérgio encontrou variantes da «política de fixação» que tanto defendeu: em Severim de Faria, a defesa da agricultura e da indústria; em Luís Mendes de Vasconcelos («Sítio de Lisboa», 1608), a denúncia do despovoamento do reino; em Duarte Ribeiro de Meneses («Discurso sobre a introdução de artes no reino», 1675), as notícias sobre os desequilibrados *deficits* comerciais e a necessidade de fomentar a produção nacional. Textos e autores foram então reunidos nessa *Antologia*. De Severim de Faria discordava apenas de que as «conquistas» tivessem sido uma das causas da «falta de gente popular», seguindo então refutações de Ribeiro de Macedo àquele argumento. Não sendo à altura um autor desconhecido – tinha sido citado, por exemplo, por Oliveira Martins e por Ezequiel de Campos –, Severim de Faria conheceu algum protagonismo na história do pensamento económico e mesmo no debate público de então em diante, o que justificou a adopção de uma frase sua como lema da Junta de Colonização Interna no Estado Novo.¹²

Na *Antologia*, Sérgio avançou uma leitura da história de Portugal, reformulando oposições martinianas, a partir de dois eixos: as «políticas de fixação» e as «políticas de transporte». Esta leitura foi exposta numa conferência em 1925, posteriormente publicada e de grande difusão, nomeadamente na historiografia portuguesa. O seu propósito inicial ligou-se, contudo, a assuntos mais imediatos: defender os projectos de reforma agrária e de colonização interna apresentados por Ezequiel de Campos, por um breve período ministro da Agricultura da Esquerda Democrática no final da I República.¹³ Sérgio defendeu, então, que a política de fixação teria sido seguida na Idade Média, período dominado por uma monarquia agrícola, com comércio integrado, a qual teria promovido a colonização do território, depois interrompida pelas «conquistas»; a política de transporte ter-se-ia seguido a partir do século xv, com o triunfo da burguesia

¹¹ Faria, «Dos remédios...», in *Antologia dos Economistas...*

¹² Martins, «Projecto de Lei...», 41.

¹³ António Sérgio, «Nótulas preambulares», in *Antologia dos Economistas...*, 3; António Sérgio, «As duas políticas nacionais», in *Obras Completas: Ensaios*, ed. crítica Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e org. Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, tomo II (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977 [1925]), 63-93.

cosmopolita proporcionado pela dinastia de Avis, e teria levado ao abandono da produção até à contemporaneidade. Os problemas do seu presente e a visão do futuro comandavam o olhar que construía sobre o tempo passado.¹⁴ Nesta narrativa forte da história de Portugal, tanto Severim de Faria no século XVII, como agora o seu companheiro Ezequiel de Campos, eram as vozes que lutavam por uma «política de fixação» que devolveria o protagonismo económico à produção agrícola e industrial do país.

Avance-se com uma primeira definição, que irá ser retomada, expandida e precisada ao longo das páginas deste livro: a colonização interna designa um repertório de ideias, políticas e técnicas que visaram promover conjuntamente o cultivo agrícola e a ocupação populacional do território metropolitano no Portugal contemporâneo, entre os finais do século XIX e os anos 60 do século XX. A promoção da pequena propriedade agrícola cultivada por pequenos proprietários, fosse nos baldios, maioritariamente a Norte, ou nos latifúndios, maioritariamente a Sul, inseriu-se num mais lato conjunto de propostas de reformas económicas e sociais que visavam fortalecer a nação portuguesa.

Até meados dos anos 80 do século XIX, a colonização do Sul do país era ainda uma proposta de promoção agrícola algo vaga defendida isoladamente por alguns políticos e publicistas, através da qual se tentava resolver sobretudo o problema das ditas terras incultas e da escassa população do Alentejo.¹⁵ Terá sido no âmbito da crise

¹⁴ Sérgio Campos Matos, «António Sérgio na cultura histórica portuguesa», in *Consciência Histórica e Nacionalismo: Portugal, Séculos XIX e XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 215.

¹⁵ Sem pretender de forma alguma nomear o conjunto de publicistas que, ao longo do século XIX e antes de Oliveira Martins, defenderam a colonização do Sul, refira-se, a título de exemplo, o memorialista António Henriques da Silveira, Alexandre Herculano ou António d'Avellar Severino. Ver António Henriques da Silveira, «Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e Suas Conquistas (1789-1815)*, tomo I, org. José Luís Cardoso (Lisboa: Banco de Portugal, 1990), 43-98; Alexandre Herculano, «Projecto de Decreto (1851)», in *Opúsculos*, tomo VII, (s. l.: Tavares Cardoso & Irmão, 1898); Alexandre Herculano, «Questões públicas», in *Opúsculos*, tomo IV (s. l.: Tavares Cardoso & Irmão, 1898); António d'Avellar Severino, «Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Filosofia», in *Estudos sobre os Roteamentos e Colónias Agrícolas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867).

nacional e internacional destes anos que se consolidou e generalizou a proposta colonizadora, transformando-a numa resposta global à crise económica – e política – que o país atravessava. Neste processo, foi Oliveira Martins, com o seu «Projecto de Lei de Fomento Rural» apresentado à Câmara dos Deputados em 1887 (mas nunca discutido), que lançou as bases daquele que acabou por se tornar no «principal veio de pensamento económico e político português desde fins do século XIX até aos anos 30».¹⁶ A colonização do Sul afirmou-se no âmbito de um novo discurso nacionalista de cariz produtivo. Consistia, essencialmente, numa proposta de redireccionamento das gentes que à época emigravam em grande quantidade rumo ao Brasil, para o Sul do país, fracamente povoado, onde arroteariam e cultivariam em regime enfitêutico pequenas courelas de terra resultantes da divisão das extremas das grandes propriedades alentejanas.¹⁷ Incentivada a produção nacional através de uma pauta aduaneira proteccionista, ir-se-ia arrotear e cultivar as terras ainda não agricultadas, transformar os incultos, os montados ou as pastagens em terras de cereal – tarefa que caberia em grande medida à grande propriedade alentejana. Paralelamente, Oliveira Martins defendia restrições à excessiva fragmentação da propriedade, premente sobretudo para as zonas de minifúndio, onde a democratização das leis sucessórias e a pressão demográfica teriam levado à elevada divisão da propriedade, pondo em causa a sua viabilidade no quadro da economia familiar. Outras propostas complementavam o projecto de Oliveira Martins, dando-lhe o aspecto de um projecto global: «povoação, colonização, arroteamento, enxugo, irrigação e arborização são operações congêneres e inseparáveis» que, com a ajuda do crédito agrícola, resolveriam a «defeituosa distribuição da nossa população, a percentagem de terrenos incultos e a deficiência do nosso capital», consideradas as «principais causas que concorrem para o atraso da nossa economia interna».¹⁸ Crítico da política económica regeneradora, livre-cambista e tida como estrangeira, o

¹⁶ Fernando Rosas, «Estado Novo e modernização económica (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária», *Análise Social*, XXIX, n.º 128 (Janeiro de 1994): 871-887; Fernando Rosas, *Salazarismo e Fomento Económico: O Primado do Político na História Económica do Estado Novo* (Lisboa, Editorial Notícias, 2000), 51.

¹⁷ Manuel Villaverde Cabral, sel., pref. e notas, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – Séc. XIX e XX* (Porto: Inova, 1974), 54.

¹⁸ Martins, «Projecto de Lei...», 22.

nacionalismo económico de Oliveira Martins foi buscar legitimidade a um outro saber económico, especificamente nacional, saber esse que o exercício da política já não dispensava. Severim de Faria, António Henriques da Silveira, assim como outros memorialistas da Academia das Ciências, foram convocados numa estratégia argumentativa que visava criar uma tradição nacional de pensamento económico que se opusesse ao livre-cambismo internacional.¹⁹

As ideias colonizadoras difundiram-se por via de um emergente grupo de reformistas agrários nas primeiras décadas do século xx. Complexificam-se e diversificam-se discursos colonizadores formulados no âmbito de diferentes espectros políticos, que foram do conservadorismo ruralista do republicano Basílio Teles ao reformismo tecnológico do engenheiro Ezequiel de Campos, passando pelo catolicismo conservador de Lino Neto e de António de Oliveira Salazar. À diversidade das formas de colonização subjazia, contudo, uma preocupação populacional comum: a emigração e o desequilíbrio populacional do país. De resto, a emigração para o Brasil é o ponto de partida do projecto de Oliveira Martins, o qual é elaborado com base num relatório para a Câmara dos Deputados acerca do estado da emigração portuguesa.

No litoral do Norte temos uma lavoura quase hortícola, uma população densíssima, uma emigração abundante, e capitais móveis a preços relativamente ínfimos; no litoral do Sul, no centro meridional e ao longo de toda a fronteira de Leste, vêem-se estepes como as da Rússia, desertos como o Sara, e uma penúria de capitais com juros que também, já hoje, apenas são correntes fora da Europa. O vale oblíquo do Tejo pode dizer-se que divide o Portugal povoado do deserto, o Portugal culto do inculto; e a primeira necessidade da nossa economia interna é compensar estas duas metades, unificar estas duas partes, transladar para as regiões deficientes aquilo que há nas opíparas: o homem, os capitais. É realizar dentro das fronteiras do reino um movimento de transladação, que hoje se faz, sim, mas para fora do país.²⁰

¹⁹ Rui Santos, «A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português», *Análise Social*, XXVIII, n.º 121, 2.º (1993): 432-435.

²⁰ Martins, «Projecto de Lei...», 21.

A dualidade regional, que sublinhava os contrastes populacionais e agrícolas entre o Norte e o Sul, tinha essencialmente duas origens intelectuais, que se interligavam e fortaleciam: a leitura da história de Portugal desde a sua fundação, na qual as populações do Norte e do Sul assumiam uma identidade com diferentes agências históricas; e os novos modos de representação cognitiva do território, da sociedade e da natureza (censos populacionais, cartografia territorial, estatísticas de produção agrícola), os quais forneceram uma objectivação quantitativa àquelas realidades.²¹ Esquemáticamente compôs-se uma imagem do país em que o Norte, populoso, fértil e marcado pela pequena propriedade campestre, se opunha ao Sul, coberto de charnecas ou, crescentemente, de searas, com grandes propriedades cultivadas por trabalhadores assalariados. Historicamente narradas e quantitativamente apuradas, população e território passaram a ser alvo de um mecanismo político destinado à racionalização produtiva entre ambos.

A uma alargada difusão das ideias colonizadoras correspondeu um titubeante acolhimento das mesmas no aparelho administrativo estatal – estiveram praticamente ausentes da esfera do Estado até à I Guerra Mundial e apenas com o Estado Novo, depois de tentativas falhadas na década de 20, se criou a Junta de Colonização Interna (1936). À época, a política colonizadora foi legislada enquanto elemento de um mais vasto plano de «modernização» económica do mundo rural, o qual assentava, a par da florestação, num ambicioso plano de transformação do território, a ser levado a cabo pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. A colonização pode ser inserida num conjunto de propostas preocupadas com a modernização das estruturas agrárias e direccionadas em dois sentidos: a divisão das grandes propriedades do Sul, através da qual se constituíram pequenas ou médias novas explorações (ou «casais de família»), já não cultivadas pelas gentes que migravam massivamente para o Brasil, mas por pequenos proprietários seleccionados entre os trabalhadores assalariados nos latifúndios alentejanos; e a colonização dos baldios, pela

²¹ Sobre a dualidade regional, veja-se Sobral, «O Norte, o Sul...». Sobre a «cultura do cálculo» e o «papel prescritivo da estatística», veja-se Nuno Luís Madureira, *As Ideias e os Números: Ciência, Administração e Estatística em Portugal* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006), 7-9.

apropriação e transformação da propriedade comum baldia em propriedade privada (de colonos). Em finais da década de 30, argumentos populacionistas e produtivistas fortaleceram a solução colonizadora numa altura de aprofundamento do nacionalismo económico. Já após a II Guerra Mundial, a aferição científica das condições de vida rurais e a percepção política de uma conflitualidade social crescente permitiram reconfigurar a colonização interna como um projecto social de aumento dos níveis de vida e de pacificação política dos espaços rurais a Sul – o qual foi definitivamente vencido em 1962. A longevidade e a ambição deste projecto colonizador, sobretudo quando identificado com as colónias agrícolas, parece contrastar com a modesta construção de sete colónias agrícolas (Milagres, Martim Rei, Alvão, Barroso, Pegões, Gafanha, Boalhosa) nos anos 40 e 50 do século xx. Foram estes os temas e interpretações lançados na minha dissertação de mestrado, aprofundados, estendidos e revistos na minha tese de doutoramento, e que aqui foram retomados e novamente revistos para este livro.²²

De necessidade histórica a problema historiográfico

A colonização interna foi desde logo contada por aqueles que a protagonizaram durante o Estado Novo. Atentos ao passado, intelectuais e tecnocratas propuseram políticas e construíram técnicas, mas também marcaram indelevelmente o futuro da sua história. Elaboraram então entendimentos, razões e objectivos colonizadores que delimitaram os termos com que se escreveu o discurso histórico académico sobre o tema após o fim do regime.²³ Há, desde logo, pelo menos duas

²² Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo» (dissertação de mestrado em História Contemporânea, Lisboa, NOVA FCSH, 2011). Algumas das conclusões desta dissertação foram desenvolvidas e publicadas em Elisa Lopes da Silva, «Recampesinar no Estado Novo: propriedade, Estado e os seus sujeitos», in *O Espectro da Pobreza: História, Cultura e Política em Portugal no Século xx*, org. Frederico Ágoas e José Neves (Lisboa: Mundos Sociais, 2016), 105-124.

²³ A consagração simultânea de Eugénio de Castro Caldas enquanto figura maior da política de colonização interna estado-novista e autoridade historiográfica que sobre ela se debruça a 40 anos de distância é dada pela escrita das entradas «História agrária» e «Melhoramentos agrícolas» para os suplementos dedicados ao Estado Novo do *Dicionário de História de Portugal*. Eugénio de Castro Caldas, «História agrária», in *Dicionário*

continuidades entre a *história dos protagonistas* e a história academizada. Em primeiro lugar, a colonização interna concebida enquanto solução modernizadora das estruturas agrárias nos anos 50, em particular pelo agrónomo Eugénio de Castro Caldas, foi herdada por uma história económica interessada em explorar as causalidades entre estrutura agrária, desenvolvimento económico e políticas estatais. Em segundo lugar, a história simultaneamente vivida e escrita por agentes estatais privilegiou documentos legais e foi marcada por um forte pendor avaliativo, que perdurou na historiografia. Primeiro pelos tecnocratas e políticos no Estado Novo, depois por académicos que tomaram como seus anteriores parâmetros, a colonização interna foi apreciada a partir do seu contributo para o «atraso» ou para o «progresso» nacionais, foi decretada a sua «necessidade», ajuizado o seu «sucesso» ou o seu «fracasso». Foi sucessivamente explicada com base nas noções de «expropriação», «estrutura agrária» ou «exploração agrícola». Defendida e debatida em função do «fomento» nacional, a colonização interna continuou, em parte, a ser debatida por uma historiografia interessada em explicar as «modernizações falhadas» em Portugal.

A passagem desta história dos protagonistas para a história disciplinarizada na universidade deu-se na década de 1970, quando a «questão agrária» regressou ao espaço público. Logo em 1974, Manuel Villaverde Cabral coligiu e publicou os textos fundamentais sobre a questão agrária no Portugal contemporâneo, que fez preceder de um longo estudo introdutório.²⁴ Este influente livro fez parte da emergência de um marcante conjunto de estudos sobre temas rurais no Portugal contemporâneo.²⁵ Na conjuntura da reforma agrária

de *História de Portugal*, suplemento 8 F/O, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Figueirinhas, 2000), 176-178; Eugénio de Castro Caldas, «Melhoramentos agrícolas, política de», in *Dicionário de História de Portugal*, suplemento VIII, F/O, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Figueirinhas, 2000), 447-448.

²⁴ Cabral, *Materiais...*

²⁵ Sobre o debate historiográfico relativamente à «questão agrária» na década de 1970 entre Manuel Villaverde Cabral e Miriam Halpern Pereira, ver João Bonifácio Serra, «Os estudos sobre o século xx na historiografia portuguesa do pós-guerra», *Penélope*, 5 (1991): 121-122; José Pacheco Pereira, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal* (Mem Martins: Edições Europa-América, 1983). Outros domínios das ciências sociais em Portugal interessaram-se igualmente pelo estudo do espaço rural português, de que é um exemplo maior José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo: Uma Sociedade Rural Portuguesa* (Lisboa: Livros Horizonte, 2004 [1977]) [tradução de *A Portuguese Rural Society*, de 1971].

revolucionária, em que os «temas-vedeta» dos historiadores e as agendas políticas estavam em particular sintonia, impôs-se a reflexão sobre as origens do latifúndio, os seus males históricos e a melhor forma de os debelar.²⁶ Esta era uma discussão devedora também dos ecos internacionais emitidos por estudos de contornos marxistas que se tinham dedicado à questão da terra na América Latina.

O estudo académico mais sólido e influente sobre a política colonizadora surgiu no âmbito da conjuntura pós-revolucionária. Fernando Oliveira Baptista, professor no Instituto Superior de Agronomia e ex-ministro da Agricultura (em 1975), debruçou-se sobre as políticas e as formas de colonização interna do Estado Novo e encontrou antes e depois da II Guerra Mundial dois projectos de colonização de natureza distinta.²⁷ O primeiro, de origem marcadamente ideológica, tinha sido formulado após as lutas dos trabalhadores agrícolas nos campos do Sul durante a I República e, seguindo o exemplo da Itália fascista, destinar-se-ia a «construir uma paz social pela conversão dos trabalhadores agrícolas em pequenos proprietários, retalhando para o efeito baldios, terras do Estado e privadas».²⁸ O segundo projecto, que teria atingindo o auge no final dos anos 50, denotava já uma concepção económica industrialista, sobretudo apostada em fazer da população rural consumidores de um mercado interno para os produtos industriais. Através de uma discussão sobre a estrutura agrária, os direitos de propriedade e a sua relação com o desenvolvimento de um país marcado pelo peso económico da agricultura, esta investigação analisou o modo como uma tentativa de reforma agrária tinha surgido (e fracassado) durante o fascismo, antes da reforma agrária revolucionária. À propriedade e gestão colectiva

²⁶ Expressão que tomei de empréstimo de António Manuel Hespanha, «A história na cultura portuguesa contemporânea», in *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coord. Fernando Peres (Porto: Edições Afrontamento / Fundação Serralves, 2002), 332.

²⁷ Fernando Oliveira Baptista, *Dos Projectos de Colonização Interna ao Capitalismo Agrário (Anos Trinta – 1974)*, separata do número especial do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* – «Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro» (Coimbra, 1978). Parte da sua tese de doutoramento, este texto foi editado também como primeiro capítulo de *A Política Agrária do Estado Novo* (Porto: Afrontamento, 1993).

²⁸ Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo* (Porto: Afrontamento, 1993), 10.

da terra do momento revolucionário, contrapunha-se a anterior colonização interna, uma reforma agrária que tinha procurado individualizar a propriedade e a exploração agrícola no Alentejo (e nos baldios).

Outras interpretações surgiram dedicadas a inserir a colonização interna na narrativa sobre a penetração do capitalismo nos campos portugueses. Villaverde Cabral recuou ao contexto político e económico do proteccionismo cerealífero da segunda metade do século XIX e argumentou que a ideia de colonização do Sul através da promoção de pequenas propriedades familiares junto às extremas dos latifúndios devia ser entendida no quadro da interdependência entre a pequena e a grande propriedade, típico do modo de produção da cerealicultura, ou seja, como forma de fixação da força de trabalho destinada à criação de uma reserva de mão-de-obra que estivesse disponível tanto para o trabalho das arroteias dos terrenos ainda incultos, como para as grandes fainas sazonais que a cultura de cereais de sequeiro impunha. Estas «colonizações espontâneas» do século XIX foram alvo de interpretação diversa por Miriam Halpern Pereira que, no seu estudo sobre a paisagem agrária na segunda metade de oitocentos, analisou como as «arroteias populares» funcionaram como um freio à regressão da cerealicultura.²⁹ Numa explicação funcionalista de cariz marxista, o movimento colonizador foi aqui concebido como um fenómeno necessário à (ou bloqueador da) produção e reprodução da mão-de-obra, essencial ao desenvolvimento das relações capitalistas no mundo rural. Com maior impacto na historiografia posterior, Villaverde Cabral tentou explicar a origem e permanência das ideias de colonização interna no pensamento económico português e identificou um conjunto de intelectuais finiseculares e do início do século XX que advogavam a necessidade de uma colonização agrícola do Sul.³⁰

²⁹ Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX* (Lisboa: Edições Cosmos, 1971), 77 e ss.

³⁰ Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1976), 240 e ss.; Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1979).

Durante a década de 1990, em continuidade com as sugestões interpretativas lançadas por Cabral, Fernando Rosas³¹ abordou a política colonizadora do Estado Novo enquanto parte de uma política de reestruturação fundiária e, de uma forma mais lata, de um programa de «modernização qualitativa da agricultura» – a colonização, a irrigação e a florestação – que Rafael Duque teria trazido para o governo aquando da sua nomeação para ministro da Agricultura em 1934.³² No essencial, argumentou Rosas, o programa de modernização económica da agricultura trazido por uma reestruturação fundiária, conjugada com os efeitos da hidráulica agrícola, retomava o plano que o engenheiro Ezequiel de Campos tinha formulado anos antes. Rosas considera esse projecto reformista como parte integrante de um programa de «desenvolvimento global» para o país, que tinha como matriz o «Projecto de Fomento Rural» de Oliveira Martins (1887). Este, com variações importantes, foi sendo publicitado e adaptado por reformistas agrários, de entre os quais se destaca Ezequiel de Campos, mas também Basílio Teles, Alberto Sampaio e ainda António Lino Neto, do qual Rosas toma de empréstimo a designação de «neofisiocracia» para designar este conjunto de ideias em torno do «retorno modernizador à terra».³³

³¹ Fernando Rosas, «As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos», in *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal* (Lisboa: Publ. Dom Quixote, 1988), 187-208; Fernando Rosas, «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)», *Análise Social*, XXVI, n.os 112-113, 1991): 771-790; Fernando Rosas, «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal: elementos para o seu estudo», in *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, org. José Luís Cardoso e António Almodovar (Lisboa: CISEP, 1992), 357-372. Estes artigos foram mais tarde coligidos em Fernando Rosas, *Salazarismo e Fomento Económico: O Primado do Político na História Económica do Estado Novo* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000).

³² Rosas, «Rafael Duque...».

³³ Expressão usada em Fernando Rosas, «O pensamento reformista agrário...». O uso do termo «neofisiocratas» para designar os reformistas agrários foi contestado em Santos, «A nuvem por Juno...». Entre os mais estudados reformistas agrários, destacam-se as figuras de Ezequiel de Campos e de Basílio Teles, que têm tido bastante fortuna crítica. Sobre Ezequiel de Campos, ver Fernando Rosas, «Introdução», in *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial: (1918-1944)*, Ezequiel de Campos, col. Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 19 (Lisboa, Banco de Portugal, 1998); Rosas, «As ideias sobre desenvolvimento...», in *Contribuição...*; Tiago Saraiva, «Laboratories and landscapes: the colonization of Portugal and Mozambique and the building of the New State», *HoST – Journal of History of Science and Technology*,

Enquanto para Cabral a promoção da colonização interna foi considerada um instrumento ao serviço do capitalismo nos campos, para Rosas as políticas colonizadoras foram vistas enquanto peças centrais na modernização da agricultura. Luciano Amaral, com um programa de investigação semelhante, partiu dos termos definidos pelo debate político nos anos 50 sobre a centralidade da agricultura no desenvolvimento económico, em contraste com o papel da indústria, e abordou a política de colonização interna a partir das lutas entre reformistas agrários, conservadores rurais e industrialistas pela hegemonia política dentro do regime.³⁴ A colonização interna emergente nos anos 50 foi estudada enquanto parte de um projecto de reforma agrária destinado à modernização agrícola do Estado Novo, obstruído pelo «conservantismo rural», o qual teria alcançado uma «aliança objectiva» com o grupo dos industrialistas, desinteressados dos assuntos da agricultura – e que explicaria o ocaso daquela proposta reformista já em inícios dos anos 60.

Foi, portanto, enquanto proposta fracassada que se escreveu grande parte da história da colonização interna. Fracasso e sucesso foram também os critérios que alguma historiografia internacional usou para avaliar a «questão agrária», preocupada que estava em provar a necessidade da reforma agrária para o crescimento económico. Centrando-se nos direitos de propriedade, analisa-se a reforma, ou a permanência, das estruturas agrárias como elemento determinante para a modernização da agricultura e, em última instância, da economia de cada país (perspectiva que é bem exemplificada pela expressão de Rosas «uma industrialização sem reforma agrária» para designar o crescimento económico do salazarismo).³⁵ Estas investigações não deixaram, contudo, de

3 (2009): 7-39. Destaque-se ainda a longa tese de doutoramento de Teresa Nunes, «O ideário republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)» (tese de doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011).

³⁴ Luciano Amaral, «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)», *Análise Social*, XXIX, n.º 128, 4.º (1994): 889-906; Luciano Amaral, «O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954» (dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993).

³⁵ Fernando Rosas, «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária». *Análise Social*, 29, n.º 128 (Janeiro de 1994): 871-887.

explorar as tensões, contradições e negociações entre grupos e interesses modernizadores/conservadores no interior no regime, distanciando-se de determinismos políticos. Tomar a «modernização» como critério de análise do fenómeno colonizador foi uma perspectiva ainda recentemente prosseguida nos estudos de Dulce Freire, quando estudou as políticas agrárias, nomeadamente as de acesso à propriedade levadas a cabo pela Junta de Colonização Interna, de forma a avaliar os efeitos da «Revolução Verde» em Portugal.³⁶ A modernização (as suas insuficiências, os seus bloqueios e os seus progressos) funciona enquanto grande narrativa na qual são inseridos os fenómenos históricos – por exemplo, quando ou se as políticas, os políticos ou os técnicos foram mais ou menos «modernos». De fora fica a exploração da modernização (das ideias, das políticas ou das práticas), considerada enquanto objecto de inquérito, com determinações situadas no tempo e no espaço histórico.

Oliveira Martins foi, não raras vezes, o protagonista desta história de modernização falhada. Neste panorama, Rui Ramos teve a virtude de olhar para o Projecto de Fomento Rural fugindo a leituras «economicistas» que secundarizassem a «ética republicana».³⁷ Ao fazê-lo,

³⁶ Entre outros, Dulce Freire, «Ensayos de ingeniería social: reforma agraria y modernización de la agricultura en las últimas décadas del Estado Novo (1954-1974)», in *Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, org. Daniel Lanero e Dulce Freire (Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2013), 213-243; Dulce Freire, «Experiência e ciência: modernização da agricultura nas últimas décadas do Estado Novo», in *Da Economia Moral da Multidão à Arte de não Ser Governado: E. P. Thompson e James C. Scott na Ibéria*, org. Diego Palacios Cerezales, Fátima Sá e Melo Ferreira e José Neves (Castro Verde: 100 Luz, 2013), 91-109; Dulce Freire e Daniel Lañero Taboas, «The Iberian dictatorship and agricultural modernisation after the Second World War», in *Integration through Subordination: The Politics of Agricultural Modernization in Industrial Europe*, org. Peter Moser e Toney Varley (Turnhout: Brepols, 2013), 183-202.

³⁷ Rui Ramos, «As origens ideológicas da condenação das descobertas e das conquistas em Alexandre Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social*, XXXII, n.º 140 (1997): 113-141; Rui Ramos, «Oliveira Martins e a ética republicana», *Penélope*, 18 (1998): 167-187; Rui Ramos, «Um novo Brasil de um novo Portugal: a história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX», *Penélope*, 23 (2000): 129-152. A República é aqui entendida não no sentido de um regime oposto à monarquia, mas antes enquanto comunidade de homens livres, os «lavradores-soldados», com os meios necessários para levar uma vida independente e que tivessem interesse na manutenção da ordem. A ela preside a ideia de uma «nação de proprietários rurais», como já antes tinha sido imaginada por Alexandre Herculano e que se prolongaria em Ezequiel de Campos nos seus planos de descoberta e conquista interna do Alentejo.

sublinhou as afinidades entre as ideias sobre a propriedade privada e as relativas à independência individual, estruturantes do pensamento colonizador. Devedor da «Escola de Cambridge», o contextualismo discursivo praticado por Ramos acabou, contudo, por autonomizar as ideias martinianas dos restantes fenómenos históricos (nomeadamente económicos). Uma história intelectual da colonização interna surgiu, de forma mais sustentada, pela mão de José Manuel Sobral. As suas leituras dedicadas aos reformistas agrários, com destaque para Basílio Teles, permitiram situar a colonização interna na história do nacionalismo em Portugal.³⁸ Sobral detalhou como as projecções raciais da população portuguesa em Teles resultaram de uma concepção dualista do território português, dividido entre um Norte e um Sul – uma dualidade de resto também presente noutros reformistas agrários e que se prolongará até ao Estado Novo.

O termo colonização comporta uma abrangência semântica que foi raramente sujeita a questionamento, de tal forma se afigura «evidente» no contexto histórico de um país imperial como Portugal. É certo que Ramos chamou a atenção para as relações entre colonização interna (europeia) e colonização ultramarina (colonial) na história intelectual portuguesa, mas teve poucas ou nenhuma consequência.³⁹ Estas conexões surgiram, contudo, em bibliografia internacional sobre o colonialismo europeu. Uma nova vaga de estudos tem renovado a investigação sobre os impérios continentais na Europa, integrando, nomeadamente, a expansão da Alemanha para Leste – em particular, mas não só, pelo regime nazi – nas experiências coloniais dos países europeus.⁴⁰ Neste campo, os estudos singulares de Ann Laura Stoler destacaram-se pelas interpretações arrojadas sobre colonizações, e sobretudo sobre colónias agrícolas, que, atendendo à rede de circulação de modelos, conhecimentos e pessoas entre geografias

³⁸ Sobral, «O Norte, o Sul...»; José Manuel Sobral, «Basílio Teles: reformismo agrário, raça e história», in *Tempo e História: Ideias e Políticas – Estudos para Fernando Catroga*, org. Rita Garnel e J. L. Oliva (Coimbra: Almedina: 2015), 369-389.

³⁹ Ramos, «Um novo Brasil...».

⁴⁰ Robert L. Nelson, ed., *Germans, Poland and Colonial Expansion to the East, 1850 through the Present* (Nova Iorque: Palgrave, 2009); Kristin Kopp, *Germany's Wild East: Constructing Poland as Colonial Space* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012); David Blackbourn, *The Conquest of Nature: Water, Landscape, and the Making of Modern Germany* (Nova Iorque: W. W. Norton, 2006).

metropolitanas, imperiais e intra-imperiais, diluem fronteiras entre os países europeus e os seus territórios coloniais.⁴¹ A história internacional – especialmente Liesbeth van de Grift – deslocou a atenção para os países do Norte europeu para explorar, em abordagens transnacionais, a multiplicidade de motivações, políticas e configurações da colonização interna europeia.⁴² As pistas lançadas sobre as conexões internacionais entre projectos e ambições de colonização estão ainda, contudo, largamente por desenvolver – pistas estas que se procurarão seguir, pontualmente, neste livro.

O recente sucesso da história da ciência trouxe também novas linhas de questionamento à colonização interna em Portugal. As conexões entre conhecimento científico e Estado foram complexificadas, complementando abordagens que têm pensado a colonização interna enquanto iniciativa de planeamento rural de Estados intervencionistas apostados na aplicação de conhecimentos científicos pela sua administração.⁴³ Tiago Saraiva estudou, de modo comparado, os projectos e as práticas de racionalização do território – como a hidráulica agrícola, a colonização e a florestação – em Portugal e no Ultramar, seguindo as figuras dos engenheiros Ezequiel de Campos e

⁴¹ Ann Laura Stoler e Carole Mac Granahan, «Introduction: refiguring imperial terrains», in *Imperial Formations*, org. Ann Laura Stoler, Carole Mac Granahan e Peter C. Perdue (Santa Fe: SAR Press, 2007), 3-44; Ann Laura Stoler, *Against the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2009).

⁴² A introdução do *dossier* «Internal colonisation in the age of modern territoriality», organizado por Liesbeth van de Grift para o *International Journal for History, Culture and Modernity*, recenseia diversas práticas nacionais de colonização interna (por exemplo, na Rússia, na Alemanha, na URSS ou na Holanda) e oferece uma frutuosa grelha interpretativa transnacional. Liesbeth van de Grift, «Introduction – theories and practices of internal colonisation: the cultivation of lands and people in the age of modern territoriality», *International Journal for History, Culture and Modern Territoriality*, 3, n.º 2 (2015): 139-158. Veja-se os casos de estudo do *dossier* em: <https://www.history-culture-modernity.org/collections/special/internal-colonisation-in-the-age-of-modern-territoriality/>. Veja-se ainda Liesbeth van de Grift, «Cultivating land and people: internal colonization in interwar Europe», in *Governing the Rural in Interwar Europe*, org. Liesbeth van de Grift e Amalia Ribi Forclaz (Nova Iorque: Routledge, 2018), 68-92.

⁴³ Para além dos acima mencionados estudos coordenados por Liesbeth van de Grift, veja-se, em particular, os trabalhos de Elisabeth B. Jones, nomeadamente «‘Un gran plan de mejora?’ La colonización interna en el imperio alemán», *Historia Social*, 77 (2013): 113-131.

Trigo de Morais.⁴⁴ Argumenta que os planos estatais de base tecnológica foram essenciais para a materialização da utopia conservadora de Salazar, ou seja, que a ciência e a tecnologia estiveram ao serviço de uma concepção conservadora de sociedade. Já Frederico Ágoas, atento aos contextos institucionais na genealogia das ciências sociais em Portugal, analisou a investigação agrária na primeira metade do século xx seguindo a estreita colaboração desenvolvida entre a Junta de Colonização Interna e o Instituto Superior de Agronomia.⁴⁵ Deteve-se, por um lado, nas relações entre a produção de saberes científico-sociais e o processo de modernização da burocracia estatal e, por outro, nos problemas sociais identificados pelo Estado e no seu papel na emergência de novos domínios científicos. Esta é uma linha de inquérito que se revelará particularmente influente na segunda parte deste livro, dedicada às colónias agrícolas. Também em Espanha e em Itália foram investigadas as imbricações entre Estado e ciências sociais na constituição da experiência colonizadora. Cristóbal Gómez Benito detalhou o vínculo entre a emergência da sociologia rural e a intervenção agrária colonizadora na Espanha franquista; mais recentemente, Simone Misiani escreveu a biografia política do economista agrário Paolo Albertario, sublinhando o seu papel para a emergência de uma cultura modernizadora do Estado em Itália.⁴⁶

Certamente que a maior contribuição para a história das colónias agrícolas foi escrita por Filipa de Castro Guerreiro na sua longa tese de doutoramento em Arquitectura, revista e publicada em livro

⁴⁴ Tiago Saraiva, «Paisagens tecnológicas: o domínio das águas e a colonização de Portugal e do Ultramar», in *Gestão e Planeamento da Água*, 5.º Congresso Ibérico da Água (4-8 Dez. 2006) (Faro: Universidade do Algarve / Fundação Nova Cultura da Água, 2006); Saraiva, «Laboratories and landscapes...».

⁴⁵ Frederico Ágoas, «Saber e poder: Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal» (tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011). Ver ainda, Frederico Ágoas, «Economia rural e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal», in *O Estado Novo em Questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira (Lisboa: Edições 70, 2010), 197-231.

⁴⁶ Dois dos melhores exemplos são os estudos de Cristóbal Gómez Benito, *Políticos, burocratas y expertos: un estudio de la política agraria y la sociología rural en España (1936-1959)* (Madrid: Siglo XXI de España, 1995); e de Simone Misiani, *La via dei «Tecnici» – Dalla RSI alla Ricostruzione: il caso di Paolo Albertario* (Milão: Franco Angeli, 1998).

numa edição cuidada e profusamente ilustrada.⁴⁷ Os desenhos da autora localizaram as colónias e implantaram os casais em mapas compostos a partir de várias fontes da época e que serão essenciais para qualquer estudo futuro. Guerreiro explorou a variedade histórica das expressões arquitectónicas dos casais agrícolas, das infra-estruturas e as diversas estruturas de povoamento. Focou-se na metodologia de projecto e propôs-se periodizar os diferentes programas colonizadores em quatro «momentos», analisando o contexto, a dimensão, os objectivos e a metodologia de implantação das colónias no quadro da história da Junta de Colonização Interna. Este é um estudo a várias escalas – território, assentamento, edifício – sob o ponto de vista da legibilidade das colónias agrícolas, ou seja, da facilidade de leitura dos dispositivos de reconhecimento de cada um dos elementos construídos. Uma análise que, de resto, defende como premissa central de qualquer projecto de arquitectura. O livro elogia a adaptabilidade das soluções arquitectónicas às condições físicas de cada lugar e procura nas colónias agrícolas «sentidos operativos» para a actual estruturação do território e para o trabalho contemporâneo da arquitectura. A relevância arquitectónica das colónias tinha já sido sugerida por João Castro Caldas, e com Guerreiro as colónias agrícolas passaram definitivamente a figurar numa história da arquitectura em Portugal.⁴⁸

⁴⁷ Filipa de Castro Guerreiro, *Colónias Agrícolas: A Arquitectura entre o Doméstico e o Território* (Porto: Dafne Editora, 2022), edição revista de Filipa Guerreiro, «As colónias agrícolas portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: a casa, o assentamento, o território» (tese de doutoramento em Arquitectura, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016).

⁴⁸ Ainda na década de 80 do século xx, o agrónomo João Castro Caldas empreendeu um estudo dedicado às técnicas colonizadoras da Junta de Colonização Interna, em particular aos critérios de ordenamento do espaço e às opções arquitectónicas dos núcleos de colonização. João Castro Caldas, «Política de colonização interna: a implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna» (Lisboa: ISA, 1988); João Castro Caldas, «Colonato de Pegões», in *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, suplemento VII (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 351. Estudo este que complementou o seu trabalho anterior realizado com base na consulta dos processos individuais dos colonos, no qual analisou o perfil dos colonos admitidos (idade, número de filhos, naturalidade, profissão, etc.) e os comparou com os critérios de selecção e preferência estabelecidos legalmente para a admissão nas colónias. João Castro Caldas, «Política de colonização interna (1936-1974): Análise do perfil do 'colono-tipo'» (Lisboa: INIC, Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural, Universidade Técnica de Lisboa, 1982).

A atenção à dimensão espacial nas pesquisas sobre as colónias agrícolas foi de resto a regra do seu estudo em Espanha e em Itália, tanto mais que tiveram um maior impacto na paisagem destes países.⁴⁹

Investigações de cariz antropológico tinham já aprofundado, entretanto, o conhecimento sobre as colónias agrícolas em Portugal. Duas monografias sobre colonatos, escritas enquanto dissertações de mestrado – uma sobre o colonato de Pegões e outra sobre o colonato de Milagres –, baseadas na recolha de testemunhos orais dos colonos, dedicaram-se a narrar a vida quotidiana das colónias.⁵⁰ No cruzamento da Antropologia com a História, Inês Fonseca escreveu ainda sobre os discursos e as práticas estatais de modernização do mundo rural do século xx, de que as colónias agrícolas foram um exemplo.

⁴⁹ Exemplo da investigação pluridisciplinar especialmente atenta à dimensão espacial foi o projecto de pesquisa «Historia y evolución de la colonización agraria en España», com uma equipa técnica composta por 11 elementos (economistas, arquitectos, agrónomos, sociólogos e antropólogos, embora, curiosamente, nenhum historiador), que decorreu em meados da década de 1980 e do qual resultou a publicação de quatro volumes que continuam a ser um estudo de referência sobre o tema em Espanha, não obstante o interesse historiográfico que tem suscitado nos últimos anos, sobretudo o primeiro volume. F. J. Monclús e J. L. Oyon, *Políticas y técnicas de la ordenación del espacio rural*, tomo I da *Historia y evolución de la colonización agraria en España* (Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo y Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1988). Para o caso espanhol, ver ainda Miguel Centelles Soler, Alfonso Ruiz García e Pablo García-Pellicer López, *Los Pueblos de colonización en Almería: arquitectura y desarrollo para una nueva agricultura* (Almería: Colegio Oficial de Arquitectos de Almería / Instituto de Estudios Almerienses / Fundación Cajamar, 2009); Manuel Calzada Pérez, «La vivienda rural en los pueblos de colonización», *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 13, n.º 52 (2005): 55-67; Manuel Calzada Pérez, *Pueblos de colonización durante el Franquismo: la arquitectura en la modernización del territorio rural* (Sevilha: Consejería de Cultura / Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008). Para o caso italiano, Aristotle Kallis, «The ‘Third Rome’ of fascism: demolitions and the search for a new urban syntax», *The Journal of Modern History*, 84, n.º 1 (Março de 2012): 40-79; Federico Caprotti, *Mussolini’s Cities: Internal Colonialism in Italy, 1930-1939* (Youngstown, NI: Cambria Press, 2007).

⁵⁰ Sara Alexandra M. P. C. Pereira, «A colonização interna durante o Estado Novo: o exemplo da colónia agrícola de Pegões» (dissertação de mestrado em História Local e Regional, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004); Sara Mónico Lopes, «De baldio a colonato: a colónia agrícola dos Milagres (1925-1950)» (dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004).

Analizou ainda, a partir de uma matriz teórica proposta por James C. Scott, as formas de resistência comunitárias a esses processos de mudança impostos pelo Estado.⁵¹

Um ponto de vista: os poderes de Estado

É tarefa primeira deste livro esquivar-se a «aplicar ao Estado um pensamento de Estado».⁵² Avisa Pierre Bourdieu que o estudo do Estado deve esquivar-se a usar a miscelânea de categorias que foi sua função produzir e canonizar na história recente – por exemplo, masculino/feminino, estado civil e todas as classificações que contribuem para produzir e interiorizar uma determinada identidade individual. Aproprio-me desta advertência para a estender a outros domínios: a «estatística», o «produto interno bruto» e o «crescimento económico»; a «sociedade» e o «Estado social»; a «densidade populacional» e o combate à «desertificação do interior». Como se formaram historicamente e se apresentam hoje como evidências que medem a *boa governação*?

Este livro irá colocar em perspectiva histórica a colonização interna em Portugal. Esta será questionada em função de três eixos que permitirão decompor o longo processo de institucionalização dos poderes do Estado: a produção intelectual e as políticas estatais; a administração burocrática do Estado; as técnicas colonizadoras estatais. Estudar a colonização interna a partir dos poderes de Estado permite pensá-la enquanto conjunto de mecanismos de poder estatais: mecanismos de administração (da mobilidade e da fixação) da *população* enformados por uma lógica de racionalização produtivista dos recursos (humanos e naturais) do *território* metropolitano. As premissas e interpretações que esta abordagem encerra serão desdobradas ao longo do livro. Por enquanto, é importante sublinhar como o

⁵¹ Inês Fonseca, «A bem da Nação! Modernização e resistência em meio rural durante o Estado Novo», in *Mundo Rural – Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)* (Lisboa: Edições Colibri, 2004), 71-85. Ver ainda Inês Fonseca, Dulce Freire e Paula Godinho, «Soluções do Estado Novo: educar o Barroso no cultivo racional das suas terras», *História*, 6 (Setembro de 1998): 34-41.

⁵² Pierre Bourdieu, *Sobre o Estado: Curso no Collège de France (1989-1992)* (Lisboa: Edições 70, 2014), 15.

tratamento da colonização interna enquanto mecanismo de articulação específica entre população e território permite traduzir e analisar um repertório de ideias, projectos e realizações estatais em torno da reorganização da posse, do cultivo e do povoamento da terra, promovida pelos poderes de Estado. A história do longo processo de formação e institucionalização destes poderes, incluindo o seu carácter instável, será analisada a dois níveis que se interrelacionam. Por um lado, através da decomposição dos poderes estatais, quer nas instâncias administrativas (burocracia), quer nas instâncias políticas, em sentido restrito (Assembleia Nacional e executivo governativo), e, em particular, nas tensões e conflitos entre ambas, procurar-se-á entender a formação interna da entidade Estado. Por outro lado, o estudo dos saberes e das áreas de intervenção colonizadora permitirá entrever o modo como o Estado, entendido enquanto sujeito para si mesmo, se distingue e projecta numa realidade exterior.

Descortinar como foram sendo produzidas as fronteiras, sempre instáveis, do Estado torna-se uma decorrência desta abordagem. Em particular, o estudo da colonização interna permitirá perceber como o Estado se foi distinguindo em relação a duas das suas áreas de intervenção, até estas se constituírem como esferas separadas e autónomas, a que correspondiam saberes específicos: o *social* e o *económico*.⁵³ No decorrer deste livro, entender-se-á de que modo a colonização interna, enquanto mecanismo de fixação populacional, contribuiu para configurar o *social* por relação com outros mecanismos populacionais estatais, nomeadamente relativos às migrações externas, às migrações internas metropolitanas e para o espaço imperial. Em particular, a evolução das configurações da colonização permite seguir como se formaram as várias dimensões das intervenções estatais classificadas como sociais (gestão de mão-de-obra; combate ao desemprego; elevação dos níveis de vida rurais; prevenção da conflitualidade social; política de habitação rural). O conjunto de saberes e técnicas colonizadoras, que possibilitou, nomeadamente, a concepção e administração

⁵³ Timothy Mitchell, «Culture and economy», in *The Sage Handbook of Cultural Analysis*, org. Tony Bennett e John Frow (Londres: Sage Publications, 2008), 447-466; Timothy Mitchell, «Rethinking economy», *Geoforum*, 39 (2008): 1116-1121; Patrick Joyce, org., *The Social in Question: New Bearing in History and the Social Sciences* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002).

das colónias agrícolas, fez ainda emergir domínios científicos relativos ao melhor governo do social (agronomia, sociologia rural e economia rural).

A *economia* é a outra grande área de intervenção estatal que uma história da colonização interna pode ajudar a entender como se formou enquanto entidade externa e, simultaneamente, se transformou em domínio de saber governamental e técnico. Num momento em que estava em aberto e em contenda quais os saberes e os mecanismos estatais de intervenção nas relações de mercado, os discursos da colonização interna afirmaram-se enquanto pensamento económico desde as suas primeiras formulações em finais do século XIX. Promovida em favor do «bem comum» do país, dirigida a incrementar a produção alimentícia da nação, a multiplicar os proprietários agrícolas afectos ao solo pátrio, a aumentar a produtividade agrícola ou a criar um mercado para os produtos industriais, foram vários os cambiantes dos discursos colonizadores que foram definindo e redefinindo a área de intervenção da economia e os mecanismos e o âmbito da política económica. A colonização interna foi, em diferentes modalidades, uma das formas assumidas por um nacionalismo económico destinado a aumentar o produto bruto agrícola nacional e a criar e explorar, simultaneamente, ligações afectivas ao solo nacional pela posse e cultivo da terra. Entendida como uma das vias da modernização, originalmente fundada na propriedade individualizada da terra, este estudo da colonização interna pode contribuir para alargar a noção histórica do económico, desidentificando-o com o domínio do mercado. As tensões, disputas e consensos em torno dos direitos de propriedade ajudam ainda a discutir a formação (legal) dos instrumentos estatais de intervenção económica.

Uma história da colonização interna perspectivada a partir da história dos poderes de Estado permite ainda analisar as relações de mútua constituição entre administração estatal e saberes técnico-científicos. Esta inter-relação permite entender desde logo de que modo é que as realidades da população, do território, da sociedade ou da economia foram objectivadas através de censos populacionais, cartografia, inquéritos ou estatísticas agrícolas que ofereceram aos reformistas agrários uma fundamentação técnica para as ideias de povoamento do Sul avançadas havia séculos. Esta linha de inquérito será particularmente frutuosa na análise do momento posterior, com

a institucionalização das ideias colonizadoras dentro do aparelho de Estado pela criação da Junta de Colonização Interna. A tecnologia das ideias colonizadoras fez-se com a criação de condições administrativas para a elaboração de saberes agronómicos, hidráulicos, sociais ou arquitectónicos; correlativamente, multiplicam-se as técnicas colonizadoras destinadas à concepção das colónias agrícolas. O seguimento desta mútua imbricação entre poderes de Estado e saberes técnico-científicos permitirá também acompanhar a formação de um corpo de especialistas (agrónomos, regentes agrícolas, arquitectos e assistentes sociais) que, no âmbito do Estado, aperfeiçoaram saberes, técnicas e competências de intervenção social e territorial.

Quanto aos domínios da historiografia, esta investigação pretende deslocar o estudo da colonização interna da história económica e, em particular, da história agrária, e da história da arquitectura para uma história política e cultural que permita desfuncionalizar a colonização interna das grandes narrativas sobre a modernização económica e a modernidade arquitectónica do país. Este livro pretende realizar uma história política e cultural dos domínios do *económico* e do *social*, em que estas categorias são investigadas na sua formação; ou seja, e de algum modo, fazer uma história (económica e social) que se pretende crítica, porque preocupada com a exposição e questionamento das condições e dos instrumentos da sua fabricação.

O tempo e o espaço da colonização

Perspectivada a partir dos poderes de Estado, a que momento se deve recuar para começar a narrar a colonização interna durante o Estado Novo? Nesta investigação, começar-se-á a contar a história da colonização interna no momento em que as ideias colonizadoras avançadas havia séculos em discursos de arbitristas, depois de ganharem consistência programática com Oliveira Martins, se transformaram numa ideologia política entre os reformistas agrários, e, mais tarde, com o Estado Novo, num poder de Estado exercido por meios técnico-científicos.

Se a história da colonização pode ser confundida com a história de Portugal, poderia hipoteticamente iniciar-se remotamente com a Reconquista Cristã, seguindo Basílio Teles, ou com os primeiros

monarcas portugueses, seguindo Oliveira Martins. Poderia ainda iniciar-se com as diversas iniciativas que visaram combater o abandono dos campos depois da medievalidade: eleita por todos, a Lei das Sesmarias do século XIV; ou a proposta colonizadora para a falta de gentes no desértico Alentejo por Severim de Faria, no século XVII; ou a defesa de novas povoações do Alentejo perante a decadência da agricultura, do memorialista António Henriques da Silveira,⁵⁴ em finais do século XVIII. Melhor seria situar o seu início em Oliveira Martins e no seu Projecto de Fomento Rural, matriz da doutrina colonizadora durante o século XX? Seguindo a pista deixada por Villaverde Cabral, poderia iniciar-se proveitosamente esta narrativa pela identificação das ideias do conjunto de publicistas que nas primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo que outros agrarismos europeus, tomaram a agricultura como forma superior da actividade humana e procuraram formas de a modernizar pela multiplicação das pequenas e médias propriedades. Começa-se, contudo, esta história com o Estado Novo, no momento em que a ideologia de colonização interna, a administração do Estado e os saberes e as técnicas colonizadores se encontraram. Foi este encontro entre ideias, o Estado e os saberes técnico-científicos que marca uma descontinuidade histórica face a fenómenos anteriores: a década de 30 do século XX.

Para poder ser concebida, a colonização interna precisou de um território (imaginariamente improdutivo) para se projectar, e de uma população para administrar, e apenas quando estas duas realidades foram discursivamente constituídas, estabilizadas e traduziam uma forma de pensar e representar o país pôde o Estado, essa entidade que com elas se foi formando, bem governá-las, delas dispor consoante os melhores fins, ou seja, de melhorar a vida de todos e de cada um, uma das suas principais funções. E, para o fazer, havia o Estado de empregar os melhores métodos, ou seja, os métodos técnico-científicos. O pensamento colonizador que se formulou pela história que contava do país que queria colonizar – em Oliveira Martins ou Basílio Teles – precisou de instrumentos técnico-científicos que lhe dessem uma operacionalização. Propõe-se este livro identificar os elementos que compõem o discurso colonizador estado-novista e

⁵⁴ Silveira, «Racional discurso...».

traçar-lhes a história: território, população, saberes e Estado. A narrativa seguirá estes elementos, a sua imbricação, para constituir o fenómeno colonizador.

Se é difícil definir com precisão a baliza cronológica mais recuada desta investigação, a mais recente situa-se em 1962. Este foi o ano da publicação da última lei de colonização interna, ano após o qual as ideias colonizadoras perderam importância no quadro das políticas governamentais e no debate público (ainda que técnicos continuassem os seus estudos no aparelho de Estado). O epílogo que foi a reforma agrária revolucionária a meio da década de 70 está fora do alcance desta tese. Não obstante, e como se mencionou mais acima, sublinhe-se que foi em grande medida *durante e contra* esta experiência revolucionária que a colonização interna passou de tema a objecto de estudo da história de Portugal.

O âmbito geográfico parece decorrer da própria definição do objecto de pesquisa: o território metropolitano português. Este território será, contudo, inserido no espaço internacional europeu e colonial português a partir de conexões, transferências, movimentos e outras relações que ultrapassem as fronteiras nacionais e assim descompartmentalizem uma história nacionalmente contida.

Se o tema da colonização interna nasce integrado nas narrativas de formação do país, o primeiro gesto na definição do âmbito geográfico é evitar o nacionalismo metodológico. Também em outros países europeus as narrativas de formação nacional foram devedoras de narrativas de conquista (cristã aos islâmicos, em Espanha) e povoamento, através da apropriação e exploração de terras. A vontade de situar o tema no âmbito supranacional/regional não se traduz apenas, não obstante, num gesto metodológico. A investigação será conduzida de forma a inserir as soluções colonizadoras portuguesas em experiências de colonização europeias congéneres situadas na Europa do Sul. Espanha e Itália são dois países que durante o período escolhido para este estudo conheceram uma história com recortes políticos semelhantes aos de Portugal (do liberalismo ao autoritarismo), com estruturas fundiárias e sociais que se assemelhavam pelo predomínio regional de grandes propriedades trabalhadas por uma massa de assalariados agrícolas. Estas foram condicionantes históricas que se desenvolveram sob uma geografia mediterrânica de clima ameno com verões longos e secos em regiões do Sul destes países, em que o

domínio das águas se tornou num elemento essencial de afirmação política sobre o território. As iniciativas de colonização interna destes países devem ser estudadas neste quadro regional do Sul da Europa. Todavia, mais do que uma comparação sistemática entre experiências nacionais congêneres, procurar-se-á empreender uma abordagem transnacional que evidencie, ainda que de forma pontual, a formação e circulação de ideias, conhecimentos e técnicas colonizadoras, atendendo ainda às relações institucionais entre organismos congêneres, bem como entre os seus agentes, encarregados de prosseguir a política colonizadora – tendo sempre Portugal como o país nodal desta rede de relações.

O âmbito geográfico definido procura ainda perspectivar a colonização interna tendo em conta os espaços coloniais. A colonização interna será então considerada no âmbito de uma mais vasta política de gestão populacional de um país com uma configuração imperial. Deste enquadramento espacial resulta a atenção a duas dimensões: a consideração das várias racionalidades das ideias colonizadoras, que se traduziram em experiências de igual designação na metrópole e no império (português e outros); a tentativa de encontrar mecanismos colonizadores estatais que permitam entender a relação entre as colonizações empreendidas nos vários espaços de soberania. Não será assim mais que pontual a comparação directa entre os projectos de colonização metropolitana e as iniciativas e os projectos de colonização dirigida branca. Este alargamento geográfico traduz, sobretudo, uma vontade de desconstruir a dicotomia absoluta entre colónia e metrópole, procurando entender analiticamente como se construíram os mecanismos de poder estatais de um centro imperial, mais do que avançar para a comparação sistemática entre os espaços de colonização.

A inserção transnacional não esgota o enquadramento espacial deste estudo. À observação do fenómeno colonizador em rede, acresce a variação de escalas. O fenómeno colonizador foi sendo produzido e tendo efeitos em diferentes níveis. Mudar de lente focal permite integrar processos locais, nacionais e internacionais. Assim se entende melhor, por exemplo, como uma colónia agrícola na fronteira foi pensada na relação com II República espanhola ou como a colonização dos anos 50 em Portugal foi devedora do desenvolvimento da Guerra Fria.

Os documentos da colonização

Para esta história da colonização interna partiu-se dos documentos escritos por reformistas agrários, técnicos colonizadores, pelos vários agentes da administração do Estado e, ainda, por políticos. Podem dividir-se, pela respectiva proveniência, em quatro grandes tipos: as publicações dos reformistas agrários, os documentos produzidos no âmbito de processos legislativos (diplomas legais e pareceres da Câmara Corporativa), os documentos da administração estatal (em especial, da Junta de Colonização Interna, mas também da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola ou de outros organismos do Ministério das Obras Públicas, Indústria e Comércio), e, finalmente, os documentos do executivo governamental (essencialmente, provenientes do Arquivo Oliveira Salazar). Na análise destes documentos, considerar-se-á que este conjunto tem um carácter accidental, resultado que foi de um processo de selecção histórico que impediu, por exemplo, e de forma flagrante, a constituição de um arquivo com a documentação de funcionamento da Junta de Colonização Interna, o qual foi desmembrado e parcialmente perdido. Não se pretende, por isso, esgotar o estudo do fenómeno colonizador, nem dar conta de todos os documentos que dele podem dar indício. Mais, afirma-se mesmo que a constituição da abordagem acima definida decorre da relação com os materiais empíricos disponíveis e consultados. Em contraste com um muito reduzido arquivo histórico (maioritariamente à guarda da Torre do Tombo), sobreviveu uma grande parte da biblioteca da Junta de Colonização Interna, organismo de investigação que albergou e produziu um largo conjunto de obras que permitem o conhecimento científico do espaço rural português, incluindo os planos e projectos de colonização, bem como os vários tipos de relatórios sobre as colónias agrícolas. Foi este conjunto disperso, composto por elementos de estatuto variado, mas com proveniência estatal, que levou à constituição de um inquérito da investigação centrado na decomposição e análise dos poderes estatais.

À consideração da materialidade dos arquivos, de que decorre certa contingencialidade dos aspectos indiciários, segue-se uma preocupação com a análise das condições de formação do discurso presente nos documentos. Analisar-se-á ainda às suas regras discursivas, ou seja, às convenções e fórmulas que organizam o texto de forma

a produzir uma codificação do discurso que encerra determinado número de possibilidades de comunicação. Entender-se-á, assim, cada documento inscrevendo-o dentro do seu género literário para melhor apreender as regras da sua estrutura narrativa e a construção discursiva que fazem da dita realidade. Neste modo de pensar a documentação olho quer para as suas características formais, como a organização visual na página, a estrutura sintáctica e semântica, quer para o encaideamento argumentativo, para a estrutura temática (os assuntos abordados) e para o lugar de enunciação, em síntese para a ideologia da forma e para a lógica do conteúdo.

Olhar para a lei, para a monografia científica, para o projecto ou para o relatório enquanto géneros literários específicos permitem-nos entender quais as regras e os modelos dos mundos por si criados. Por exemplo, as *leis* apresentam não raras vezes preâmbulos e outras introduções que respondiam formalmente à preocupação de estabelecimento de precedentes às suas propostas, oferecendo, deste modo, interpretações e fontes para as iniciativas colonizadoras anteriores. Ao entendermos esta regra estrutural do discurso legislativo percebermos também melhor como é que a relação com o passado foi estruturante do discurso colonizador estatal e, em certa medida, do discurso historiográfico posterior. Já os *projectos* são documentos que, pela sua forma de notação, recolha e apresentação de dados, introduziram formas de cálculo e planeamento estatal de futuros. Atendendo à função e composição verbal interna dos projectos, entende-se como estes apresentam matrizes discursivas centradas na ideia de ordem, que se queria impor ao caótico real. Essencial à administração do Estado, o *relatório*, instrumento de descrição e prescrição da sua actividade, apresenta uma estrutura que combina exposição qualitativa e quantitativa, integrando estatísticas, tabelas e outras objectivações numéricas. Organiza-se em rubricas fixas que permitem pensar sobre os dados que o Estado julgava pertinente reunir sobre a realidade da colonização.

Na fabricação destes documentos estatais, duas características merecerão especial atenção: a impessoalidade e a processualidade. Em primeiro lugar, assinala-se que leis, projectos, relatórios e outros documentos da actividade do Estado são sempre o produto de debates dentro de instituições, de negociações e compromissos vários a que um relator ou outro burocrata deu forma final. A aparente impessoalidade,

ou a anonimidade, que surge como primeira imagem dos documentos estatais, uma marca que produz a autoria do Estado, contrasta com a vontade desta investigação em assinalar todos os agentes que para o documento contribuíram, multiplicando os fabricantes dos textos e desconstruindo o Estado enquanto sujeito enunciador. O reconhecimento dos vários produtores dos textos não será, contudo, identificado com o estabelecimento de uma autoria. Os documentos estatais, fruto de longos processos de produção, envolvendo não raro vários esboços, versões e propostas, caracterizam-se pela sua processualidade complexa. Assim – e em segundo lugar –, procurar-se-á identificar as diferentes camadas temporais de cada documento, atendendo em particular à intertextualidade. Por exemplo, detalhar como se elaboraram os projectos de colonização permite perceber como certas passagens do discurso científico migraram para o discurso administrativo do Estado, testemunhando assim os processos imbricados dos saberes e poderes que orientaram a concepção das colónias agrícolas.

Ao longo de duas partes, uma com seis e outra com três capítulos, este livro explora os vários prismas do fenómeno colonizador, contando a história caleidoscópica de doutrinas, processos legais e decisões executivas, administração estatal, redes transnacionais, domínios e metodologias científicas envolvidas na fabricação da colonização interna.

O primeiro capítulo inicia-se com uma breve discussão teórica e historiográfica sobre as relações entre a formação dos poderes de Estado e o regime do Estado Novo, procurando delimitar o ponto de vista que orienta a narração problematizadora do livro. Segue-se um segundo capítulo que descreve os processos de institucionalização da colonização hidráulica nos anos 30, a partir de diferentes dimensões (jurídica, política, económica, institucional, ideológica e científica). Analisa-se aqui o modo como a política da água construiu discursivamente o território da colonização e as razões desta nova solução colonizadora, permitindo pluralizar o entendimento do domínio do económico. Alargar o sentido do governo económico permitirá, no terceiro capítulo, abordar a colonização interna como uma das formas utilizadas pelos poderes estatais na gestão da população num contexto de crescimento populacional de fronteiras tendencialmente fechadas à emigração. Tal levar-nos-á a perceber como se formou e se autonomizou uma razão social para a acção colonizadora, como

no caso dos projectos de colonização na Campina da Idanha, nunca concretizados. As acções da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola e da Junta de Colonização Interna que contribuíram para elaboração deste projecto são analisadas no quarto capítulo, dedicado a detalhar a abrangente e variada acção colonizadora da JCI. As suas secções percorrem as acções desta instituição durante 30 anos, desde os planos colonizadores para os baldios e para as grandes propriedades do Sul aos melhoramentos agrícolas, até finalizar com uma breve caracterização dos seus técnicos. Tal permite redefinir a colonização (interna) como um conjunto de práticas diversas destinadas a multiplicar os pequenos proprietários no território metropolitano.

O quinto capítulo abordará as circunstâncias do renascimento da colonização interna após a II Guerra Mundial, quando o Alentejo emergiu, decisivamente, como um «problema social». Discute-se como, num momento de renovação da política imperial de Portugal, a colonização interna se relacionou com a sua congénere ultramarina. As visões, tensões e confrontos sobre os termos legais, as razões políticas e os instrumentos científicos da colonização nos anos 50 permitirão integrá-la numa estratégia de desenvolvimentismo rural, de âmbito internacional, que é analisada no sexto capítulo. Aí se detalha como a reconfiguração do discurso colonizador respondeu, a um só tempo, a imperativos materiais e de bem-estar social, bem como securitários, dada a crescente conflitualidade social no Alentejo.

Uma segunda parte do livro desce, de novo, ao nível administrativo do Estado para seguir, ao longo de três capítulos, a concepção das sete colónias agrícolas na sua relação com a mobilização e criação de saberes técnico-científicos. O capítulo 7 dedicado ao estudo das primeiras colónias de Milagres e de Martim Rei, situadas na continuidade de anteriores trabalhos da administração estatal relativos aos baldios, realça o modo como estes projectos resultaram de uma negociação entre as condicionantes e as resistências locais, por um lado, e as novas metodologias científicas, por outro. No capítulo seguinte, o estudo das colónias do Barroso, Alvão e Boalhosa, também em baldios, salienta como os objectivos civilizadores dos seus projectos foram também construídos através de novos procedimentos e metodologias previamente ensaiadas, de que é exemplo maior o inquérito